



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO EXTERNO Nº: 2026-3J5R1

ASSUNTO: REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - FORMALIZAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO - CESSÃO DE USO DE BEM.

OBJETO: SELECIONAR PROJETO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL - OSC PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE SANTA TERESA PARA DESTINAÇÃO DE 01 (UM) SECADOR DE CAFÉ C/ ELEVADOR DE CAFÉ, CAPACIDADE DE 15.000 LITROS DA MARCA PALINI&ALVES, MODELO PA-SR/15, SÉRIE 26481, NOTA FISCAL 197534 EM ÓTIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO.

BASE LEGAL: DECRETO MUNICIPAL Nº 404/2018 E LEI FEDERAL Nº 13.019/2014.

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

I - DO RELATÓRIO:

A Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico protocolou o Ofício SMAD nº 16/2026, peça #2, solicitando a realização de chamamento público, visando selecionar projeto de Organização de Sociedade Civil - OSC para celebrar Acordo de Cooperação para ceder 01 (um) Secador de Café com Elevador, com capacidade de 15.000 (quinze mil) litros, da marca Palini&Alves, Modelo PA-SR/15, Nota Fiscal nº 197534, em ótimo estado de conservação, doado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Conforme se infere consta nos autos Termo de Referência, peça #3, cópia do contrato de Doação nº 0600/2025, do expedido pela SEAG em favor do Município de Santa Teresa através do Processo nº 2025-K7PN1, peça #11, no qual consta a doação e cópia da NF do referido bem no valor de R\$ 66.230,00 (sessenta e seis mil, duzentos e trinta reais), peça #10.

É o breve relatório.

Opinamos a seguir.

II - DA ANÁLISE JURÍDICA:

Inicialmente, cumpre ressaltar que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

Registre-se que a presente análise se limita a juridicidade da formalização das parcerias, não cabendo análise quanto à oportunidade e conveniência administrativa, nem quanto ao conteúdo técnico dos documentos juntados aos autos, nos moldes do que preceitua o artigo 37, do Decreto Municipal nº 404/2018, *in verbis*:

Art. 37. *O parecer jurídico será emitido pela Procuradoria Municipal, e abrangerá:*

I - análise da juridicidade das parcerias; e

II - consulta sobre dúvida específica apresentada pelo gestor da parceria ou por outra autoridade que se manifestar no processo.

Parágrafo Único. *A manifestação não abrangerá a análise de conteúdo técnico de documentos do processo. [grifo nosso]*

A Lei nº 13.019/2014, amplamente reconhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), instituiu instrumentos jurídicos próprios que estabeleceram regras e princípios mais adequados às particularidades do setor. Essa legislação substituiu a utilização dos convênios, anteriormente adotados, mas frequentemente questionados e marcados por dificuldades no processo de fiscalização.

Nesse sentido, a referida Lei foi instituída com o propósito de aprimorar o ambiente jurídico e institucional das Organizações da Sociedade Civil, especialmente no que se refere às suas parcerias com o Estado. Seu objetivo é promover a segurança jurídica, fortalecer institucionalmente as OSCs, valorizar sua atuação e assegurar maior transparência na aplicação dos recursos públicos, contribuindo para a efetividade das parcerias firmadas.

Salienta-se que o Município de Santa Teresa/ES regulamentou a referida Lei por meio do Decreto nº 404/2018 e estabeleceu os procedimentos necessários a formalização destas parcerias por meio da Instrução Normativa SCL nº 18/2020, versão 03, regulamentada pelo Decreto nº 661/2024.

A princípio, à luz da Lei nº 13.019/2014, define-se como Organização de Sociedade Civil (OSC):

Art. 2º *Para os fins desta Lei, considera-se:*

I - organização da sociedade civil: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999 ; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Nesse aspecto, a Lei instituiu três instrumentos jurídicos próprios para as parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil: Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação, sendo certo que o art. 42 da estudada Lei versa sobre as cláusulas que deverão essencialmente constar nos instrumentos jurídicos a serem celebrados.

O conceito de Acordo de Cooperação é definido pelo art. 2º, inciso VIII-A da Lei nº 13.019/2014, vejamos:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

[...]

VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

[...]

Trata-se, portanto, de um ajuste que evidencia a intenção de cooperação mútua entre as entidades envolvidas. Ao firmarem esse acordo, os partícipes buscam alcançar objetivos comuns, o que difere dos contratos administrativos, nos quais os interesses das partes podem ser conflitantes.

No caso em comento, a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico narra à peça #3, que é prática da SEAG realizar essas doações de equipamentos agrícolas para atender e fomentar a cadeia produtiva do agronegócio nas propriedades de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

agricultura familiar, com foco no fortalecimento dos produtores rurais familiares dos municípios do Estado do Espírito Santo.

Importante salientar também que, considerando o princípio da motivação, é necessário que conste dos autos, da maneira mais robusta possível, a justificativa para a celebração do acordo em questão. Ademais, considerando os conceitos apresentados, entende-se imprescindível que o órgão assessorado demonstre que o ajuste pretendido visa à consecução de finalidades de interesse público recíproco partícipes.

Outrossim, repisa-se que o referido acordo não visa qualquer repasse financeiro entre os partícipes, logo, cada parte utiliza-se de seus próprios recursos. O resultado a ser alcançado deve ser proveniente do somatório de esforços e do exercício de atribuições específicas de cada partícipe.

Dessa forma, recomendamos que conste expressamente no termo que não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do Acordo de Cooperação Técnica, devendo todas as despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado serem custeadas por recursos próprios previstos em dotações específicas de cada ente.

Do mesmo modo, como os serviços decorrentes de tal espécie de acordo são prestados em regime de cooperação mútua, não cabe aos partícipes qualquer remuneração pela prestação, assim como o instrumento não deve ser utilizado com desvio de finalidade para promover a cessão de servidores públicos.

➤ **DA ANÁLISE DO ESTATUTO DA ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL (OSC):**

A análise do Estatuto da entidade privada é imprescindível para que haja a verificação e o ateste que a mesma se enquadra como uma OSC, conforme Art. 2º, inciso I da Lei nº 13.019/2014.

Importante mencionar o art. 33, inciso I e parágrafo 1º da Lei nº 13.019/2014, que determina que, para a celebração de Acordos de Cooperação, as organizações de sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam expressamente objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, conforme se vê *in verbis*:

Art. 33. *Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*
I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

[...]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

§ 1º Na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto no inciso I. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Logo, recomenda-se que a área técnica responsável pela parceria proceda análise ao Estatuto apresentado pela entidade privada, no sentido de verificar se a mesma se enquadra como uma OSC e se seus objetivos são voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social.

Frisa-se que, apenas a juntada do Estatuto Social da entidade por parte da área técnica não é suficiente, sendo necessário haver juntada de documento que ateste o enquadramento da entidade como uma Organização de Sociedade Civil, bem como que preveja expressamente acerca de seus objetivos, que devem ser pautados no Art. 33, inciso I da Lei nº 13.019/2014.

➤ **DA DOCUMENTAÇÃO INSTRUTÓRIA:**

Em relação a documentação instrutória necessária, faz-se necessário observar Art. 35 do Decreto Municipal nº 404/2018, no que couber:

Art. 35. *Além do plano de Trabalho as organizações da sociedade civil deverão apresentar a documentação abaixo elencada, isenta de vícios de qualquer natureza e que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Santa Teresa:*

I - ofício dirigido ao administrador público municipal, solicitando o Termo de Colaboração ou Termo de Fomento; (Anexo I).

II - cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo à organização da sociedade civil, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;

III - certidão negativa de débito tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; certidão quanto à dívida ativa da união conjunta; prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado Do Espírito Santo; certidão negativa com a Fazenda Estadual; prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF/FGTS) e certidão de débito trabalhista (CNDT);

a) Caso se verifique irregularidade formal nas certidões negativas apresentadas ou quando estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização da sociedade civil será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

IV - Cópia do estatuto registrado obedecendo ao artigo 33 da Lei Federal 13.019/2014 e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão emitida por junta comercial;

V - Cópia da ata de eleição e posse do quadro dirigente atual;

VI - Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, contendo endereço atualizado, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles (Anexo II).

VII - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

VIII - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;

d) currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil;

IX – apresentar declaração de que possui disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas: (Anexo III)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

X – apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar parceria com a Administração Pública;

XI - declaração de que a organização não esteja omissa no dever de prestar contas relativas as parcerias anteriormente celebradas com quaisquer órgãos ou entidades (Anexo IV);

XII - declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988. (Anexo V);

XIII - declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei nº13.019/20014. (Anexo VI).

XIV – comprovação de pesquisa de preços compatíveis com o mercado, através de preços referenciais, tais como pesquisa de mercado, atas de registro de preços válidos, banco de preços ou compras net.

Parágrafo Único. *As cópias que trata este artigo deverão ser autenticadas em cartório ou em cópias simples, neste caso deverão ser apresentados os originais para conferência e autenticação pela Comissão de Seleção.*

A Administração fica obrigada a certificar-se de que os documentos exigidos pela norma foram apresentados e que estão de acordo com a Lei nº 13.019/2014, atestando nos autos.

➤ **DAS CLÁUSULAS ESSENCIAIS AO ACORDO DE COOPERAÇÃO:**

Em relação aos elementos que devem conter no Acordo de Cooperação, é importante atentar-se ao artigo 42 da Lei nº 13.019/2014, *in verbis*:

Art. 42. *As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*

I - a descrição do objeto pactuado;

II - as obrigações das partes;

III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

IV - (revogado) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

V - a contrapartida, quando for o caso, observado o disposto no § 1º do art. 35; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

VI - a vigência e as hipóteses de prorrogação;

VII - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

VIII - a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no § 1º do art. 58 desta Lei;

IX - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Lei;

X - a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XI - (revogado) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XII - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XIII - (revogado) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XIV - quando for o caso, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XV - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XVI - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XVII - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XVIII - (revogado) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XIX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

➤ **DAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 13.019/2014:**

Também constitui como dever da Administração Pública observar as vedações presentes no art. 39 da Lei nº 13.019/2014, que constituem como impeditivas da celebração de parcerias com as entidades que nelas incorrem:

Art. 39. *Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:*

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) a prevista no inciso II do art. 73 desta Lei;

d) a prevista no inciso III do art. 73 desta Lei;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Para tanto, é necessário que conste previsão no Edital de Chamamento Público, que as entidades privadas deverão emitir declaração do representante legal da organização de sociedade civil com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no Art. 39 da Lei nº 13.019/2014.

➤ **DO CHAMAMENTO PÚBLICO**

O chamamento público é o procedimento destinado a selecionar organização de sociedade civil para firmar parceria, garantindo oportunidades de acesso à todas as OSC que se demonstrarem interessadas. Para tanto, a Administração Pública Municipal deverá publicar um edital de chamamento público.

A princípio, a Lei nº 13.019/2014, em seu artigo 2º, inciso XII, ao tratar de chamamento público, o torna necessário apenas às parcerias firmadas por intermédio de termo de colaboração ou de fomento:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

[...]

XII - chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil **para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento**, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos; [grifo nosso]

No entanto, apesar de estar subentendido a dispensa de chamamento no caso de Acordo de Cooperação, é importante mencionar também o artigo 29 da Lei nº 13.019/2014:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e **os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.** (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) [grifo nosso]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

Entende-se portanto, que em razão do objeto do Acordo de Cooperação, faz-se necessária a realização de Chamamento Público por força do Art. 29 da Lei nº 13.019/2014.

Importante mencionar também os critérios e procedimentos que constam no Decreto Municipal nº 404/2018, que em seu artigo 14 menciona as exigências indispensáveis ao edital de Chamamento Público:

Art. 16. *O edital do chamamento público deverá ser publicado no Portal do Município, além de meio oficial, com prazo de divulgação de, no mínimo, 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua abertura, contendo as seguintes exigências:*

- I - a dotação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;*
- II - o tipo de parceria a ser celebrada;*
- III - o objeto da parceria, com indicação da política, do plano, do programa ou da ação correspondente;*
- IV - O prazo mínimo de 03 (três) dias úteis para apresentação de propostas, contados após o último dia de divulgação do edital;*
- V - Termo de referência, elaborado pela Secretaria Municipal responsável pela política pública, contendo no mínimo as seguintes informações:*
 - a) Modalidade de instrumento jurídico adequado para a parceria;*
 - b) Definição clara do objeto;*
 - c) Justificativa que contemple a fundamentação da parceria;*
 - d) Público alvo;*
 - e) Objetivo geral e objetivos específicos da parceria;*
 - f) Prazo para execução da atividade ou projeto;*
 - g) Forma e periodicidade da liberação de recursos;*
 - h) Reserva orçamentária;*
 - i) Critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas;*
 - j) Metodologia de pontuação e, se for o caso o peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos;*
 - k) Critérios de desempate;*
 - l) Exigência de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, de acordo com as características do objeto da parceria;*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

- m) Obrigações técnicas da organização da sociedade civil, se houver;*
- n) Breve relato do contexto da realidade que se pretende transformar;*
- o) Legislação específica, se houver;*
- p) Contrapartida em bens ou serviços, se houver.*

VI - as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

VII - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

VIII - o valor de referência para realização do objeto nos termos de colaboração ou o teto nos termos de fomento para a realização do objeto;

IX - a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria;

X - a previsão de contrapartida em bens e serviços, se for o caso;

XII - as medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, de acordo com as características do objeto de parceria.

§ 1.º *os critérios de julgamento de que trata o inciso VIII deste artigo deverão abranger, no mínimo, o grau de pontuação da proposta:*

- a) Objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria;*
- b) O valor de referência ou teto constante do edital.*

Nota-se que o referido artigo não faz distinção entre os tipos de parceria existentes. Dessa forma, o edital de chamamento deve se amoldar ao objeto do pretendido no Acordo de Cooperação, considerando que não há transferência de recursos financeiros.

Assim, recomendamos que haja atendimento, **no que couber**, ao artigo 16 do Decreto nº 404/2018, respeitando o objeto da referida parceria.

Dessa forma, recomenda-se que seja realizada a publicação de Edital de Chamamento Público, sendo que sua dispensa deve ser considerada excepcionalidade, visto que por tratar-se de bem público e em atenção aos princípios que regem a Administração Pública, as condições de participação devem ser dadas de forma igualitária a todas as OSCs que possuam interesse no objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

➤ DO PLANO DE TRABALHO:

O art. 4º, inciso VII do Decreto Municipal nº 404/2018, define plano de trabalho como um *“documento que descreve o conteúdo da proposta aprovada e o detalhamento do objeto da parceria, demonstrando seu histórico, diagnóstico da realidade, público alvo, os objetivos, o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar, com nível de precisão adequado, sua viabilidade técnica e financeira, os custos, metas, fases ou etapas, prazos de execução e metodologia utilizada para execução do objeto proposto a ser executado, tornando-se base para a execução, gestão dos recursos e acompanhamento do projeto ou da atividade”*.

Dessa forma, considerando as peculiaridades do objeto da parceria, bem como as nuances do Acordo de Cooperação, recomendamos que seja observado se o Plano de Trabalho a ser apresentado pela OSC atende, no que couber, ao disposto no Art. 34 do Decreto Municipal nº 404/2018:

Art. 34. *Para a celebração da parceria, a administração pública municipal convocará a organização da sociedade civil selecionada para, no prazo de quinze dias, apresentar o seu plano de trabalho, conforme Anexo VII, que deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:*

I - a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;

II - a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;

III - a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;

IV - a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

V - a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;

VI - os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

VII - as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso, na forma do art. 63.

➤ QUANTO AO GESTOR DA PARCERIA

O gestor será indicado pelo Secretário responsável pela parceria, devendo sua designação ser formalizada mediante portaria, ficando incumbido do acompanhamento, fiscalização, emissão de parecer técnico, dentre outras atribuições elencadas no Artigo 45 do Decreto nº 404/2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

Art. 44. O Secretário Municipal responsável pela parceria designará um Gestor, que será agente público da área vinculada ao termo de colaboração, ao termo de fomento e Acordo de Cooperação, responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização.

Art. 45. São obrigações do gestor:

I – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II – Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas para sanar os problemas detectados;

III – analisar e emitir parecer técnico conclusivo da prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de Monitoramento e Avaliação, bem como poderá solicitar a Organização da Sociedade Civil parceira cópia de documentos para subsidiar seu parecer;

IV – viabilizar possibilidade de disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

V – solicitar, quando necessário, aditamentos ou apostilamentos nos termos de parceria, no que couber à administração Pública Municipal.

VI – notificar a Organização da Sociedade Civil sobre o vencimento do prazo da prestação de contas final ou anual da parceria, caso a mesma não tenha feito no prazo estipulado nos termos desse decreto.

§1.º O gestor da parceria deverá ter conhecimento técnico adequado e será designado mediante portaria.

[...]

§5.º A designação do Gestor será publicada portal do Município e em meio oficial.

Sendo assim, recomendamos que seja juntado aos autos Portaria designando o Gestor da parceria em questão.

➤ **DA COMISSÃO DE SELEÇÃO:**

Neste tópico, é importante constituir Comissão de Seleção que será responsável por processar e julgar os chamamentos públicos realizados no âmbito da Lei nº 13.019/2014, conforme Art. 4º inciso XI da referida norma:

Art. 4.º Para fins desse Decreto considera-se:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

[...]

XI – comissão de seleção: órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato próprio publicado em meio oficial de comunicação assegurada a participação de, pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública;

Dessa forma, é importante trazer aos autos o ato que nomeou a referida Comissão de Seleção.

➤ **DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA**

Considerando os princípios que regem a Administração Pública, o Acordo de Cooperação deve ser publicado no Diário Oficial da União, a fim de possibilitar a transparência das ações desenvolvidas no seu cumprimento.

O artigo 38 da Lei nº 13.019/2014 faz menção expressa ao dever de publicar:

Art. 38. *O termo de fomento, o termo de colaboração e o acordo de cooperação somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da administração pública. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*

Ademais, é dever da Administração Pública manter em seu sítio oficial a relação das parcerias celebradas e seus respectivos planos de trabalho até 180 (cento e oitenta) dias após seu encerramento, por força do Art. 66 do Decreto Municipal nº 404/2018:

Art. 66. *A Administração Pública Municipal manterá, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Santa Teresa a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento.*

Parágrafo Único. *Para cumprimento do previsto no caput deste artigo será de responsabilidade de cada Secretaria Municipal encaminhar a relação das parcerias celebradas para o órgão do município responsável pelas publicações oficiais.*

Sendo assim, caberá à pretensa parceria formalização de **Acordo de Cooperação através de Chamamento Público**, nos termos dos argumentos vastamente aduzidos ao longo deste parecer.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

III. CONCLUSÃO

Em face do exposto, com base nos elementos coligidos dos autos infere-se a adequação da situação fática à lei, razão pela qual, desde que atendidas ou justificadas as recomendações constantes deste Parecer, dentre elas, as adiante alinhavadas, **APROVAMOS** a Minuta do **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 000001/2026** e seus anexos, nos limites da análise jurídica consignada neste Parecer, que se ateve às questões observadas na instrução processual, excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência.

RECOMENDAÇÕES:

- 1) Juntada de cópia da Portaria que designou a Comissão de Seleção;
- 2) Juntar Portaria que designa Gestor do Acordo de Cooperação conforme Art. 44 do Decreto Municipal nº 404/2018;
- 3) Que a área técnica responsável pela parceria proceda análise ao Estatuto apresentado pela entidade privada, no sentido de verificar se a mesma se enquadra como uma OSC e se seus objetivos são voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
- 4) Em razão do artigo 42 da Lei nº 13.019/2014 disciplinar sobre cláusulas essenciais que devem conter no instrumento de formalização da parceria, RECOMENDAMOS que proceda-se com as alterações na Minuta do Acordo de Cooperação, peça #7 - pág. 35/41, elencadas abaixo:
 - Na Qualificação das partes, faz-se necessário inserir o número do processo que originou o Chamamento Público (2026-3J5R1);
 - Na Cláusula Segunda, item 2.1.1.1 recomendamos a seguinte redação:

2.1.1.1 Transferir à Organização da Sociedade Civil – OSC, mediante Cessão de Uso, pelo prazo de 5 (cinco) anos, admitida a prorrogação nas hipóteses e condições previstas no art. 55 da Lei nº 13.019/2014 e nas disposições do Decreto Municipal nº 404/2018, os seguintes bens xxxxxxxxxxxxxxxx, objeto do presente acordo;

- Na Cláusula Quinta, recomenda-se a supressão dos demais itens, mantendo-se exclusivamente o item 5.3 e seu parágrafo único, de modo a conferir maior clareza, coerência normativa e adequação técnica ao instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo
“Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil”
“Doce Terra dos Colibris”

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de XX meses/anos a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, nas condições previstas no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014.

Parágrafo único. A prorrogação será realizada, mediante termo aditivo, por solicitação fundamentada da OSC, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência do Acordo de Cooperação, desde que autorizada pela Administração Pública, ou, então, em decorrência de proposta da Administração Pública e respectiva anuência da OSC.

Ressaltamos, finalmente, que, na eventualidade de não atendimento dos apontamentos/recomendações, sejam justificadas nos autos as razões que embasaram tal postura.

S.M.J, é o parecer, *sub censura*.

Respeitosamente, à elevada consideração superior.

Santa Teresa, 06 de fevereiro de 2026.

KATHERINE ZANETTI
Procuradora Jurídica Municipal

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

KATHERINE ZANETTI
PROCURADOR(A) JURIDICO MUNICIPAL
PJUR - PJUR - PMST
assinado em 06/02/2026 13:26:32 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 06/02/2026 13:26:32 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por BEATRIZ PEREIRA DE BARROS (ANALISTA JURIDICO - PJUR - PJUR - PMST)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-S2H04V>